

A formação do Morgado da Família Guedes de Brito: e a Expansão do Comércio de Gado na Bahia Colonial

Jucélia Bispo dos Santos

Resumo

O artigo examina o surgimento do Morgado da Família Guedes de Brito e a expansão do comércio de gado na Bahia colonial no século XVII. Introduz a relevância histórica da Bahia e explica o conceito de "morgado", essencial à estrutura social e econômica da época. Destaca a trajetória de Antônio de Brito Correa, Maria Guedes e João Lobo Mesquita. O primeiro capítulo detalha o legado dos Brito Correa, enfatizando a passagem do morgado para Antônio Guedes de Brito e o papel da família na colonização. Em seguida, discute-se a expansão do comércio de gado, descrevendo o cenário econômico nos anos 1615, 1619 e 1655, e a importância de comerciantes e curraleiros, cuja contribuição incluiu a compra de terras e a criação da "Estrada de Boiadas", fomentando o povoamento e a instalação de gado e escravos. A formação do Morgado da Família Guedes de Brito é um capítulo significativo na história econômica da Bahia colonial.

Palavras-Chave: Morgado; Família Guedes de Brito; Comércio de gado; Bahia colonial; Estrutura socioeconômica.

The formation of the Morgado da Família Guedes de Brito: and the Expansion of the Cattle Trade in Colonial Bahia

Abstract

The article examines the emergence of the Morgado da Família Guedes de Brito and the expansion of the cattle trade in colonial Bahia in the 17th century. It introduces the historical relevance of Bahia and explains the concept of "morgado", essential to the social and economic structure of the time. It highlights the careers of Antônio de Brito Correa, Maria Guedes and João Lobo Mesquita. The first chapter details the legacy of

the Brito Correa family, emphasizing the passage of the morgado to Antônio Guedes de Brito and the family's role in colonization. It then discusses the expansion of the cattle trade, describing the economic scenario in the years 1615, 1619 and 1655, and the importance of traders and drovers, whose contribution included the purchase of land and the creation of the “Estrada de Boiadas”, fostering settlement and the installation of cattle and slaves.

Keywords: Morgado; Guedes de Brito family; Cattle trade; Colonial Bahia; Socio-economic structure.

Texto integral

Introdução

A Bahia, uma das regiões coloniais pioneiras do Brasil, teve um papel essencial no desenvolvimento econômico da colônia, sendo um ponto-chave para a agricultura e comércio de gado. Os colonizadores foram atraídos pelo solo fértil e clima favorável, apesar dos desafios com a população indígena, que variavam entre alianças e conflitos. A Bahia se tornou fundamental na distribuição de gado e derivados, como couro e carne seca, não só para o mercado interno, mas também para outras partes do Brasil colonial.

Durante o período colonial, a região hoje conhecida como Bahia ocupava um território consideravelmente menor do que sua extensão atual. No século XVII, a Bahia colonial abarcava principalmente a área em torno da capital, Salvador, e se estendia um pouco pelo interior, especialmente nas regiões próximas ao Recôncavo Baiano e ao vale do Rio São Francisco. Essa delimitação territorial era significativa para a política e economia da colônia, devido ao seu solo fértil e localização estratégica, atraente para a agricultura e a pecuária (NEVES, 1998). A criação de gado na Bahia era crucial, suprimindo necessidades locais e promovendo comércio inter-regional. O couro era utilizado para vários produtos, e a carne seca era importante na dieta, especialmente em locais com acesso limitado a alimentos frescos. Além disso, o comércio de gado fomentava conexões econômicas com outras partes do Brasil, reforçando a Bahia como um eixo central de trocas comerciais.

A relação entre a formação de morgados, como o da Família Guedes de Brito, e o comércio de gado demonstra como a elite colonial reforçou seu poder. Eles participaram nas decisões políticas e econômicas e contribuíram para o fortalecimento das estruturas sociais e administrativas. A família Guedes de Brito foi essencial para a introdução e desenvolvimento da pecuária, criando uma base social, econômica e cultural no Nordeste brasileiro. Antônio de Brito Correa, Maria Guedes e João Lobo Mesquita foram figuras centrais nessa estrutura. Antônio consolidou o morgado, sistema que garantia a continuidade dos bens familiares, focando no crescente comércio de gado. Maria Guedes gerenciou negócios e expandiu contatos, enquanto João Lobo Mesquita inovou na logística do comércio de gado. Esse trio não trabalhava isoladamente, mas era parte de uma complexa rede de relações no contexto colonial baiano (ANDRADE, 1990).

O morgado, uma instituição hereditária portuguesa, assegurava a continuidade das propriedades em uma única linhagem, garantindo estabilidade econômica. Este sistema permitia a gestão de vastas terras para criação de gado e evitava divisões por herança¹. A formação do Morgado da Família Guedes de Brito e sua influência no comércio de gado são capítulos importantes na história econômica e social da Bahia, mostrando como interesses familiares podiam moldar o desenvolvimento local e a hierarquia social e econômica da colônia. Nos anos de 1615, 1619 e 1655, o comércio de gado cresceu consideravelmente, alimentando tanto o mercado local como o de outras partes do Brasil colônia. Os anos de 1615, 1619 e 1655 podem ser destacados como marcos no crescimento do comércio de gado no Brasil colônia, refletindo a expansão econômica e territorial da época. A Coroa Portuguesa buscava consolidar seu domínio sobre a região, ao mesmo tempo, em que ampliava suas posses no Novo Mundo. As capitâneas hereditárias foram um dos principais instrumentos utilizados para

¹ O morgadio era uma instituição jurídica e econômica bastante comum em Portugal e em suas colônias durante o Antigo Regime. Consistia na vinculação de propriedades a uma linhagem familiar, de modo que não pudessem ser vendidas ou divididas, sendo transmitidas de geração em geração ao descendente mais velho ou a quem fosse designado pelo fundador. Um morgado poderia ser estabelecido para diversas atividades econômicas, não se limitando apenas à criação de gado (NEVES, 1998).

essa colonização (NEVES, 1998). No início do século XVII, o comércio de gado tornou-se vital para abastecer os mercados locais e outras regiões coloniais, desempenhando um papel crucial na economia local.

A Coroa Portuguesa, em busca de consolidar seu domínio sobre o Brasil e expandir suas posses nas Américas, utilizou as capitâneas hereditárias como instrumento de colonização. Essas grandes faixas de terra eram concedidas a donatários, responsáveis por administrar, explorar e defender o território em nome da Coroa. Essa estratégia tinha como principal objetivo assegurar a presença portuguesa em áreas de interesse estratégico, evitando avanço de outras potências europeias. Essa estratégia tinha como objetivo principal assegurar a presença portuguesa em áreas que eram alvo de interesse de potências estrangeiras. O sistema de capitâneas tentou, ainda, integrar as populações indígenas aos colonos, muitas vezes de forma conflituosa, devido às diferentes visões de mundo e modos de vida.

Os capitães donatários recebiam gratuitamente 50 léguas de costa, tornando-se reais proprietários de apenas 20% das terras. Os outros 80% deveriam ser distribuídas sem qualquer ônus, a título de sesmaria, cujos sesmeiros se obrigavam a cultivá-las num prazo máximo de cinco anos (NEVES, 1998).

Os donatários tinham, entre suas responsabilidades, a promoção da agricultura e a criação de centros urbanos que pudessem servir de base para o comércio e a defesa (NEVES, 1998). No entanto, o desafio era significativo, pois enfrentavam não apenas a resistência indígena, mas também as dificuldades impostas pelo clima e geografia da região. A ocupação do sertão nordestino transcendeu a mera exploração econômica e territorial; incluiu a introdução de práticas culturais, religiosas e sociais europeias, que moldaram permanentemente a identidade do Nordeste brasileiro. A adaptação dos colonos às condições locais também levou ao surgimento de novas formas de organização social e econômica, que refletiram tanto a influência europeia quanto a realidade local.

Mesmo com desafios, a colonização teve um impacto duradouro na Bahia, estabelecendo bases para a integração econômica e política do Brasil. Comerciantes e curraleiros conectaram a produção rural aos centros de consumo, sendo fundamentais para a economia. A trajetória da Família Guedes de Brito e o comércio de gado impulsionaram o desenvolvimento econômico e social da Bahia no século XVII. Ao criar seu morgado, a família Guedes de Brito aproveitou vastas terras herdadas ou adquiridas por alianças matrimoniais e políticas, ideais para pecuária devido à localização e pastagens abundantes. O morgado permitiu a continuidade dos negócios ao passar as propriedades a um único herdeiro, frequentemente o primogênito, consolidando o poder econômico dos Guedes de Brito por gerações (NEVES, 1998).

A pecuária no Nordeste do Brasil, especialmente na Bahia, foi crucial para a formação econômica e social da região no século XVII. Nos anos 1600, a introdução da pecuária se deu pela adequação geográfica da área, com vastas terras para criação de gado. Embora o açúcar dominasse a economia, a pecuária surgia como atividade vital para subsistência e diversificação econômica, suprindo a demanda por carne e couro e fomentando o comércio. Com o crescimento da pecuária, propriedades rurais adotaram modelos de negócios mais complexos. Famílias como os Guedes de Brito acumularam riqueza e poder por meio da pecuária, fortalecendo relações comerciais locais e internacionais. O avanço pecuário resultou na criação de estradas e trilhas do interior à costa, facilitando o transporte de gado, conectando regiões e promovendo a integração regional. Assim, a pecuária não só diversificou a economia nordestina, mas também impulsionou a conexão entre comunidades, moldando a economia e geopolítica, e estabelecendo bases para o futuro desenvolvimento da região (NEVES, 1999).

O comércio de gado inseriu-se em uma rede mais ampla, com o couro exportado para a Europa e a carne abastecendo o mercado local e ocasionalmente outras regiões. Essa atividade gerava riquezas reinvestidas localmente, promovendo infraestrutura como estradas e portos. Assim, o Morgado dos Guedes de Brito exemplifica a adaptação das elites locais às demandas econômicas coloniais e sua contribuição ao comércio de gado, reforçando a Bahia como centro econômico diversificado, capaz de interagir com

mercados internos e externos. Além do cultivo de cana-de-açúcar, a pecuária emergiu como atividade crucial da economia colonial. Os Guedes de Brito consolidaram sua posição econômica e social através do morgado e expandiram a comercialização de gado. O gado era usado para consumo, transporte e fornecimento de couro. Rotas comerciais conectavam a Bahia a outras partes do Brasil colonial e à Europa. A família tinha um papel central nisso, como proprietária e intermediária, gerando desenvolvimento econômico regional, urbanização e crescimento de cidades. A atuação dos Guedes de Brito ilustra a gestão da aristocracia rural em relações de poder, estendendo a influência econômica, política e social mediante alianças estratégicas (GALVÃO, 1982).

Em resumo, o Morgado dos Guedes de Brito e o comércio de gado na Bahia colonial são exemplos de como a aristocracia local aproveitou condições para promover seu crescimento e o da região, moldando estruturas econômicas e sociais com efeitos em todo o Brasil colonial. O morgado foi um mecanismo para manter e fortalecer o patrimônio através de sucessões hereditárias restritas. A estratégia dos Guedes de Brito, com alianças políticas e matrimoniais, permitiu consolidar terras e reforçar influência econômica e social na colônia, liderada por figuras como Antônio de Brito Correa e Maria Guedes.

A Instituição do Morgado da Família Guedes de Brito

O tabelião Antônio Guedes, ancestral da família Guedes de Brito, deixou um legado importante de terras no Brasil colonial. Chegando em 1609, recebeu seis léguas entre os rios Real e Paraguay (hoje rio Piauí, Sergipe do Conde). No mesmo ano, ganhou 10 léguas entre os rios Inhambupe e Itapicuru. Em abril de 1612, obteve mais cinco léguas. Em maio de 1612, adquiriu 10 léguas ao longo do rio Paraguay, alcançando o sertão a leste. Suas posses também incluíram oito léguas “entre os rios de Sergipe e de São Francisco”, apesar de o registro danificado não revelar a data exata desta última concessão (ABREU, 1930).

Além dessas extensas propriedades, Guedes distribuiu partes de suas terras aos seus filhos: Manoel Guedes, Maria de Figueiredo, Ana Guedes e Sebastiana de Brito (MOREIRA, 1988). Uma de terras abrangia a área das nascentes do Inhambupe até a serra de Itiuba em 14 de dezembro de 1612. Essa distribuição de bens consolidava o domínio dos Guedes na região. A expansão continuou com o neto de Antônio, Antônio Guedes de Brito, que não só herdou, mas também aumentou o patrimônio familiar. A acumulação de terras por Antônio e seus descendentes exemplifica as práticas de concessão de sesmarias comuns na época, fundamentais para a economia agrária do Brasil colonial.

O morgado da Família Guedes de Brito exemplifica o sistema de morgadios, prática comum em Portugal e suas colônias no período moderno. O morgadio era um vínculo hereditário que beneficiava uma linhagem, assegurando que as propriedades permanecessem intactas, geralmente passando para o primogênito. Na Família Guedes de Brito, o morgado era uma estratégia para manter status social e poder econômico, além de perpetuar o legado e identidade da família. Assim, evitava-se a dissipação dos bens por heranças múltiplas (NEVES, 1999). Reforçava-se o papel da família como unidade econômica central. Os morgadios eram fundamentais na vida social e política da elite portuguesa. Famílias com grandes morgadios, como os Guedes de Brito, frequentemente ocupavam posições proeminentes na sociedade e administração pública, exercendo influência na política local e nacional. No entanto, o sistema de morgadios foi criticado por promover rigidez social e concentração de riqueza, levando à sua abolição no século XIX durante as reformas liberais em Portugal, que buscavam modernizar a estrutura agrária e social.

Para entender o Morgado da Família Guedes de Brito, é essencial conhecer o sistema de sesmarias, que estruturou o Brasil colonial. Originário de Portugal, serviu para povoar terras reconquistadas dos árabes. No Brasil, as sesmarias foram usadas para colonizar e proteger a colônia, incentivando o cultivo de terras não utilizadas. Essas concessões de terra pela Coroa fomentavam o desenvolvimento agrícola, consolidando latifúndios que persistiram por séculos. A combinação de morgados e sesmarias foi eficaz

para criar grandes propriedades, evitando seu fracionamento e mantendo-as significativas no contexto econômico e político da época (CALMON, 1985).

Para famílias como a Guedes de Brito, o morgadio assegurava estabilidade econômica e social, perpetuando seu nome e poder. Além disso, permitia uma presença duradoura nas comunidades, com influência política e cultural. No entanto, o morgadio gerava tensões ao favorecer um único herdeiro, causando rivalidades internas entre os membros preteridos, excluídos do legado. Esse desequilíbrio na distribuição de riqueza podia levar a conflitos internos (APEB. Bahia, (28): p.42–75, 1945). O morgadio limitava a mobilidade social ao manter propriedades e poder concentrados em poucas famílias, reduzindo as chances de ascensão para outros. Assim, enquanto garantia a continuidade da riqueza de famílias como a Guedes de Brito, o sistema também ampliava desigualdades e tensões sociais.

A família Guedes de Brito exemplifica as dinâmicas históricas e socioeconômicas do nordeste brasileiro no século XVII. D. Joana Guedes de Brito casou-se com D. João de Mascarenhas e, após sua morte, com D. Manuel de Saldanha da Gama Guedes de Brito, mas não teve filhos. Após o falecimento de Joana, D. Manuel herdou sua fortuna, voltou a Portugal e se casou com D. Francisca Joana Josefa da Câmara Coutinho, tendo filhos que herdaram as propriedades adquiridas na Bahia. Entre os descendentes, D. João de Saldanha da Gama Melo e Torres Guedes de Brito destacou-se como VI Conde da Ponte e último varão da Casa da Ponte. Sua carreira se destacou pelo prestígio, sendo nomeado general da Bahia em 1805 e recebendo a Família Real Portuguesa em 1808, refletindo a proeminência social e política dos Guedes de Brito (NEVES, 1998). Embora D. Joana não tenha tido filhos, seu legado vive nas realizações de sua família por meio de D. Manuel. Com forte presença entre os latifundiários, essa família teve papel crucial na colonização e desenvolvimento do Alto Sertão da Serra Geral da Bahia. Com os Garcia d'Ávila, os Guedes de Brito lideraram importantes transformações territoriais e econômicas, expandindo sua influência da Bahia até Minas Gerais e Maranhão.

A história do Morgado Guedes de Brito ilustra disputas de jurisdição no Brasil colonial, destacando a complexa relação entre a autoridade régia e posses privadas. Este

debate começou no século XVII, quando Antônio Guedes de Brito Correia e sua esposa, Dona Maria Guedes, criaram um morgado, uma propriedade familiar indivisível, mantida intacta ao longo das gerações. Este morgado tornou-se uma das maiores e mais influentes propriedades rurais do Brasil colonial, simbolizando poder e prestígio (APEB. Bahia, (28): p.42–75, 1945). Os Guedes de Brito foram cruciais na colonização e desenvolvimento da Bahia durante o período colonial. Com extensas sesmarias, eles expandiram territórios e formaram comunidades na região. Investiram na agricultura, especialmente na cana-de-açúcar, fomentando a criação de engenhos que impulsionaram a economia local e atraíram trabalhadores, surgindo vilarejos ao redor. Além da economia, exerceram influência política e social, impactando decisões administrativas. Essa influência se expandiu para além da Bahia, alcançando partes de Pernambuco e Sergipe. Eles desenvolveram redes de comércio e transporte, contribuindo para o crescimento populacional e formando aldeias que se tornaram importantes centros urbanos. Sua habilidade de aliar interesses econômicos a estratégias sociais e políticas garantiu seu papel destacado na história da colonização e desenvolvimento do Brasil colonial (NEVES, 1998).

No final do século XVII, Antônio Guedes de Brito transferiu sua herança para sua filha Isabel Maria, que repassou para sua filha Joana. Joana, após a morte de seu primeiro marido, João de Mascarenhas, casou-se com Manoel de Saldanha da Gama. Sem filhos, ela legou seus bens a ele. Após a morte de Joana, Saldanha da Gama voltou a casar em Portugal e teve um filho, João, que herdou propriedades e o título de conde da Ponte de um tio sem descendentes, fortalecendo a posição social da família. Isabel Maria Guedes de Brito tentou legitimar a posse das terras da família através de uma suposta doação por Brás da Rocha Cardoso, mas era uma narrativa duvidosa, pois apenas governadores podiam conceder sesmarias na colônia. Essa tentativa de legalizar a posse das terras refletia práticas arbitrárias e de força. O contexto histórico envolvia disputas territoriais devido às riquezas minerais na região, com o desmembramento de Minas Gerais moldando a geografia política de acordo com interesses econômicos da colônia portuguesa. (APEB, v.3. 239–241, Bahia: 1918).

O Morgado da Família Guedes de Brito exemplifica a evolução do cultivo de terras para a criação de grandes propriedades familiares, ou “morgados”. Essas propriedades garantiam a preservação das terras sem divisão ao longo das gerações, assegurando a continuidade do patrimônio e status familiar. Além disso, envolviam complexas relações sociais e econômicas que reforçavam a posição de certas famílias na economia e sociedade locais. Analisar a Carta de Sesmaria nesse contexto é essencial, pois os morgados não apenas mantinham a hierarquia social, mas também eram fundamentais na colonização, desenvolvimento agrário e proteção contra influências externas. Assim, a Instituição do Morgado deve ser vista como parte de um sistema maior de controle territorial no Brasil colonial (APEB, v.3. 239-241, Bahia: 1918).

A família Guedes de Brito teve um papel crucial na colonização e desenvolvimento do Nordeste do Brasil colonial. Beneficiada pelo sistema de sesmarias, onde a Coroa Portuguesa concedia terras para cultivo, a família destacou-se no estabelecimento de engenhos de açúcar, alicerce da economia colonial. Esses engenhos não eram apenas centros de produção, mas também de interação social, incorporando escravos africanos, trabalhadores livres e artesãos em um complexo sistema econômico. A família também participou ativamente em questões políticas e administrativas, influenciando a construção de capelas, escolas e outras infraestruturas comunitárias, além de garantir a lei e a defesa regional. Mesmo após o declínio do açúcar, a base criada pelos Guedes de Brito facilitou a transição para novos modelos econômicos. Sua influência perdurou através de descendentes que continuaram a contribuir para a política e economia locais, moldando o Nordeste como uma área vital do Brasil colonial e moderno (NEVES, 1999).

No final do século XVII, Antônio Guedes de Brito transferiu suas posses para o sertão da Bahia, consolidando o Morgado da Família Guedes de Brito. A criação desta grande propriedade familiar, ou “morgado”, permitiu preservar e acumular terras ao longo das gerações, assegurando a continuidade do patrimônio familiar. Esse sistema de morgados era essencial para garantir a riqueza e poder das famílias, refletindo as complexas dinâmicas sociais e políticas da época. Antônio Guedes de Brito faleceu entre

1692 e 1695, deixando uma linhagem rodeada de mistérios sobre sua vida pessoal (NEVES, 1998). Embora existam controvérsias sobre seu casamento, todos concordam que ele teve uma filha legítima, Isabel, com Serafina de Souza. Isabel, como herdeira universal, casou-se com Antônio da Silva Pimentel. Após sua viuvez, ela confiou seus interesses a Manuel Nunes Viana, fundamental na Guerra dos Emboabas. Isabel teve uma filha, Joanna, que, ao atrair fidalgos portugueses, mostrou a proeminência da família nas Minas do Ouro. Essas relações de parentesco, bênçãos matrimoniais e alianças políticas reforçaram a importância da família Guedes de Brito na formação do que hoje é a Bahia.

Expansão do Comércio de Gado na Bahia

A criação do Morgado da Família Guedes de Brito e a expansão do comércio de gado na Bahia colonial foram vitais para o desenvolvimento econômico e social durante o período colonial brasileiro. As terras obtidas por Antônio Guedes de Brito ilustram a expansão promovida pelo sistema de sesmarias, que permitia concessões de terras a pessoas influentes. Guedes de Brito expandiu seu território através de heranças e concessões entre os séculos XVI e XVIII, facilitando o desenvolvimento agropecuário em regiões estratégicas. O controle vasto de terras por Guedes de Brito mostra a importância dos latifundiários na estrutura social colonial.

Os documentos transcritos no final dos anos 1800 oferecem uma visão clara sobre a prática sesmeira, que culminou na formação de grandes latifúndios e gerou tensões significativas com as populações indígenas, cujas terras eram frequentemente apropriadas. A transcrição desses registros no início do século XX foi crucial para compreender as dinâmicas de posse e uso da terra, aspectos que foram fundamentais para a expansão territorial e para moldar as estruturas sociais e políticas durante a colonização do Brasil. Esses registros históricos mostram como as políticas de distribuição de terras favoreceram a concentração fundiária nas mãos de poucos, ao mesmo tempo que contribuem para uma análise crítica sobre o impacto dessas práticas nos direitos e modos de vida dos povos indígenas. Assim, essas transcrições servem

como testemunhos de um período em que a expansão territorial estava intimamente ligada a profundas transformações sociais, políticas e econômicas que ainda ecoam na sociedade brasileira contemporânea (CALMON, 1985).

A participação de figuras como Guedes de Brito mostra as interações complexas entre o poder colonial, interesses econômicos e a pressão sobre as populações indígenas na região. Esses documentos oferecem uma visão crítica do impacto colonial, esclarecendo a configuração socioeconômica do Brasil antes da independência. Tais elementos foram cruciais na formação de uma sociedade agrária e diversificação econômica no Nordeste. Nos anos de 1615, 1619 e 1655, a pecuária tornou-se uma importante atividade na Bahia, aproveitando vastas terras férteis ideais para gado. Esse setor foi vital não só para o abastecimento local de carne e couro, mas também para diversificar a economia, até então focada na produção de açúcar (APEB, v.3. 239-241, Bahia: 1918).

Tabela: Bovinos, eqüinos e escravos das fazendas do Conde da Ponte - Sertão do São Francisco - 1832

| Fazendas | bovinos | eqüinos | escravos | proporção | |
|--------------------|---------------|------------|------------|----------------|----------------|
| | | | | bovinos (100%) | escravos (50%) |
| Boa Vista | 2.084 | 81 | 30 | 69 | 139 |
| Batalha | 1.611 | 36 | 37 | 44 | 87 |
| Volta | 880 | 343 | 31 | 28 | 57 |
| Campos de São João | 1.494 | 45 | 32 | 47 | 93 |
| Itaberaba | 1.454 | 45 | 25 | 58 | 116 |
| Campo Grande | 1.564 | 41 | 57 | 27 | 55 |
| Curralinho | 2.105 | 44 | 63 | 33 | 67 |
| Santo Antônio | 2.129 | 54 | 36 | 59 | 118 |
| TOTAL | 13.327 | 780 | 311 | 42 | 86 |

Fonte: Inventário do Conde da Ponte.

O aumento da demanda e a capacidade de abastecimento impulsionaram o crescimento de propriedades rurais, como as da família Guedes de Brito, como se vê/exposto na tabela acima. O aumento da demanda e a capacidade de abastecimento impulsionaram o crescimento de propriedades rurais, como as da família Guedes de Brito. A necessidade de transporte do gado estimulou o desenvolvimento de estradas e

trilhas vitais para levar os animais das fazendas aos mercados costeiros, promovendo interações entre áreas da colônia.

No século XVI, a Bahia expandiu sua produção agropecuária a partir de pequenos currais perto de Salvador. Sob a liderança de Tomé de Souza e Garcia d'Ávila, o gado foi levado para o interior, alcançando o vale do São Francisco. Salvador e o Recôncavo Baiano eram os principais mercados, gerando a criação de rotas para o transporte de gado. Os caminhos exigiam viagens desafiadoras, sem pausas, por distâncias de 4 a 6 léguas e, em áreas sem água, até 15 ou 20 léguas (ABREU, 1930). Esforços foram feitos para encontrar rotas mais curtas e eficientes. Uma tentativa por Jeremoabo buscava facilitar o acesso, apesar do trajeto exato ser hoje incerto. Outra rota passava por Pombal no vale do Itapicuru e seguia por Jeremoabo no Vasa Barris. No entanto, à medida que o gado avançava para o interior do vale do São Francisco, essas estradas perderam relevância. Novas rotas foram preferidas com a ocupação. O caminho por Jacobina e Juazeiro, acidentado e sinuoso, oferecia melhores condições ao evitar terrenos hostis como matas, serras e a caatinga. A escolha das rotas era estratégica, considerando pastagem e geografia. Esses esforços logísticos iniciais e adaptação às condições locais foram cruciais para o desenvolvimento da economia baiana e integração do interior ao mercado, destacando a importância das rotas de gado na formação econômica e social da Bahia colonial. (ABREU, 1930).

A história do transporte e comércio de gado na Bahia revela muito sobre o desenvolvimento socioeconômico da região ao longo dos séculos. Inicialmente, Salvador foi uma das cidades mais importantes para esse comércio, por estar estrategicamente localizada como ponto final das rotas que vinham do interior, especialmente dos territórios áridos do sertão. A “Estrada das Boiadas” foi crucial ao conectar o Recôncavo à capital, possibilitando o fluxo constante de gado vindo do Norte. Com o tempo, esse caminho transformou-se em um eixo vital, pelo qual o gado chegava à cidade de Salvador, alimentando os currais e mercados locais (ANDRADE, 1990).

Com o aumento da demanda por gado, desenvolveram-se novos caminhos ligando o litoral ao sertão baiano. Feiras como a de Feira de Santana tornaram-se centros

comerciais, atraindo comerciantes de diversas regiões do Brasil. A concorrência cresceu, especialmente para quem trazia gado de longe, levando à criação de fazendas de “solta”. Nessas propriedades, os animais eram engordados antes da venda, oferecendo uma alternativa vantajosa. Isso reduzia viagens até Salvador e resultava em preços competitivos. O surgimento de fazendas de engorda em locais como Conquista, Poções e Caetitê transformou a economia local. Criadores vendiam diretamente após a engorda, otimizando custos e mantendo lucros comparáveis aos de vendas em lugares distantes como Feira de Santana. Essa adaptação do mercado regional refletiu o crescimento e ajustes às demandas econômicas do período. O desenvolvimento das rotas e a estratégia comercial influenciaram a dinâmica socioeconômica da Bahia, redefinindo o comércio local e estimulando o crescimento de comunidades ao longo dessas rotas (NEVES, 1998).

O transporte de gado no Brasil no século XVII era complexo, com longas jornadas e múltiplos proprietários antes de chegar ao mercado. No vale do São Francisco, em Minas e no norte da Bahia, o trajeto era uma verdadeira epopeia por trilhas definidas desde o século XVIII, priorizando condições geográficas e climáticas. O gado passava por cidades como Feira de Santana, que eram paradas estratégicas para descanso e possíveis trocas de donos. O caminho do norte de Minas era exaustivo, com rebanhos cruzando rios e ramificando-se em direções diversas. Feira de Santana se destacava como ponto de convergência de rotas. Regiões como Conquista e Jequié se tornaram centros de comércio, ligando comunidades. Jornadas de cerca de 30 dias demonstravam a resistência necessária para humanos e animais. A negociação dos animais pelo caminho evidenciava flexibilidade operacional. A mudança frequente de donos ilustrava a complexidade econômica e social do sistema. A descrição dessas rotas oferece percepções valiosas sobre as práticas comerciais passadas e como marcaram a história econômica regional, servindo de base para futuros sistemas logísticos (ANDRADE, 1990).

As feiras de gado na Bahia são vitais para a economia e a cultura das regiões sertanejas. A divisão entre o litoral e o sertão influenciou o desenvolvimento do estado;

enquanto o litoral favoreceu a agricultura, o sertão, com seu ambiente semiárido, se adequou à pecuária. A criação de gado no sertão não é só uma atividade econômica, mas também uma adaptação às condições adversas. O gado fornecia sustento e riqueza, moldando o estilo de vida sertanejo. As feiras de gado surgiram como espaços essenciais para a venda e troca de animais e fortaleceram laços comunitários, celebrando a identidade e a resistência do povo sertanejo. Esses eventos vão além do comércio, simbolizando a resiliência e a adaptação cultural e econômica diante dos desafios naturais (ANDRADE, 1990).

No Brasil colonial, a concentração populacional nas regiões litorâneas estimulou o surgimento de feiras de gado para suprir a demanda por carne. No interior, menos povoado, o consumo era restrito, o que levou à criação de locais específicos para comércio, como a feira de Capoame na Bahia. A introdução do gado no Brasil, através da Bahia, e sua disseminação até o Vale do São Francisco no século XVI, estabeleceram uma rota que abastecia o Recôncavo Baiano. Capoame tornou-se um centro de comércio devido à proximidade com Salvador, cuja demanda de carne crescia com a população. No entanto, no século XVII, a expansão da cana-de-açúcar no Recôncavo começou a competir com a pecuária. Com os canaviais se expandindo, criadores buscaram novas pastagens no interior, e Capoame perdeu espaço para feiras como Nazaré, Conceição da Feira e, especialmente, Feira de Santana. Esta última se destacou no comércio de gado graças à sua posição estratégica, que facilitava o transporte para Salvador e evitava dificuldades logísticas de Nazaré. Assim, Feira de Santana cresceu em importância, consolidando-se como um destino preferido para criadores. A interação entre pecuária e cultivo de cana no Recôncavo Baiano ilustra como fatores geográficos e econômicos moldaram o comércio e o desenvolvimento da região (GALVÃO, 1980).

O desenvolvimento da pecuária na Bahia nos anos de 1615, 1619 e 1655 transformou a economia do Nordeste do Brasil, até então focada na monocultura do açúcar. Com terras férteis, a pecuária tornou-se vital, fornecendo carne e couro e trazendo estabilidade à economia local. A crescente demanda por esses produtos levou à rápida expansão das propriedades rurais e à formação de dinastias como a dos Guedes

de Brito. A necessidade de transporte para o comércio de gado fomentou a construção de estradas que ligavam fazendas aos mercados costeiros, estimulando a interação cultural entre regiões. Assim, a pecuária integrou diferentes áreas do território colonial e consolidou uma sociedade agrária diversificada (NEVES, 1998).

O desenvolvimento inicial da região deve-se à proibição de pastagens no Recôncavo no século XVII, o que incentivou a criação de gado. Terras foram distribuídas a vários criadores, formando fazendas. Com o comércio e transportes crescendo, a cidade se expandiu, impulsionada pelas feiras de gado e produtos regionais. A localização estratégica, boas pastagens e recursos hídricos facilitaram o crescimento, essencial em áreas sujeitas a secas. Comerciantes negociavam gado e produtos, fortalecendo a economia local e conectando a região a outras partes do território. Curraleiros cuidavam do manejo dos rebanhos, garantindo produção eficiente. O comércio de gado moldou a economia regional e deixou um legado na estrutura social e econômica da Bahia. A colaboração entre grandes famílias, comerciantes e curraleiros contribuiu para consolidar a Bahia como um centro econômico importante (ABREU, 1930).

As concessões de terras no período colonial no Brasil deram origem a grandes propriedades, conhecidas como casas senhoriais, como a Casa da Torre e a Casa de Ponte. A Casa de Torre, também conhecida como Torre de Garcia d'Ávila, desempenhou um papel crucial na colonização do Brasil durante o período colonial. Localizada na Bahia, essa fortaleza foi construída no século XVI e é considerada uma das primeiras edificações militares do Brasil. Serviu como a base de operações da família Garcia d'Ávila, que se tornou uma das donatárias mais influentes da época. Essas casas controlavam vastas áreas, especialmente no sertão baiano, com limites frequentemente indefinidos, sob o controle de famílias poderosas como a da Torre e a de Antônio Guedes de Brito. Os grandes proprietários, os sesmeiros, e os vaqueiros formavam um sistema de poder centralizado, baseado na reciprocidade com autoridades locais. Esse sistema gerava uma rede complexa de relações sociais, com a autoridade dos senhores sendo essencial. Com o declínio da pecuária, essas relações tornaram-se instáveis, criando incertezas. Nessa situação, a força e domínio dos senhores locais eram cruciais,

dificultando a vida dos que não pertenciam à elite. Essa dinâmica reduzia a autonomia dos posseiros, tornando-a mais complexa devido à instabilidade econômica e mudanças no poder.

Considerações finais

O Morgado da Família Guedes de Brito é um marco da história colonial na Bahia, refletindo a interação entre a estrutura socioeconômica e a expansão pecuária no século XVII. Este sistema morgadial, baseado nas sesmarias, permitiu à família Guedes de Brito consolidar um vasto império territorial, fortalecendo seu poder econômico e social. Antônio de Brito Correa e Maria Guedes foram fundamentais na consolidação desse morgado, que se tornou central para a pecuária e a agricultura, além de impulsionar o comércio inter-regional. A Bahia, com sua geografia estratégica, foi terreno fértil para a pecuária e a indústria açucareira, assegurando uma economia diversificada. O comércio de gado, facilitado por rotas como a “Estrada de Boiadas”, foi crucial, promovendo crescimento em feiras como as de Feira de Santana, onde se intensificavam trocas mercantis e interações sociais.

A partir de 1615, a pecuária expandiu-se rapidamente. Figuras como João Lobo Mesquita introduziram inovações logísticas e as rotas de gado conectaram o interior ao mercado consumidor, estimulando a economia local com couro e carne seca, além de abrir canais internacionais. A eficiência logística, através de estradas e trilhas, foi essencial para conectar o interior aos centros urbanos costeiros. A formação do morgado pelos Guedes de Brito ilustra como a elite utilizou instituições hereditárias para consolidar poder e riqueza, impedindo o fracionamento de propriedades e assegurando estabilidade econômica através de alianças políticas e sociais. No entanto, esse sistema também gerou tensões sociais ao concentrar poder, limitando a mobilidade social. A atuação dos Guedes de Brito exemplifica como as elites locais adaptaram o sistema europeu de morgadio à realidade colonial brasileira, consolidando controle sobre recursos territoriais e econômicos.

O morgado permitia às elites manter seu status e poder, e o impacto dos Guedes de Brito foi profundo, não apenas na pecuária, mas também na criação de infraestrutura, como estradas e portos, facilitando a integração econômica da colônia. A atuação do Morgado da Família Guedes de Brito oferece uma visão do entrelaçamento entre poder econômico, estratégias familiares e desenvolvimento regional, com um legado que influenciou a economia da Bahia e moldou estruturas sociais locais. Feiras de gado se tornaram fundamentais, promovendo comércio, laços comunitários e desenvolvimento urbano e agrícola. Os Guedes de Brito exemplificam como as elites coloniais usaram estratégias hereditárias para manter seu domínio, influenciando a formação econômica e social da região. A história do Morgado da Família Guedes de Brito evidencia o entrelaçamento de poder, riqueza e domínio territorial na sociedade brasileira.

Referências e fontes

- ABREU, J. Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Sociedade Capistrano de Abreu, 1930.
- ANDRADE, Maria Celeste Pacheco. **Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1990.
- ANTONIL, André João [Giovanni Antonio Andreoni]. **Cultura e opulência do Brasil**. 3ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.
- Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Vários documentos e inventários relacionados ao Morgado da Família Guedes de Brito.
- CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Volume 3. Forense Universitária, 1985.
- GALVÃO, Monsenhor Renato de Andrade. **Os povoadores da região de Feira de Santana**. Universidade Estadual de Feira de Santana, 1980.
- MOREIRA, Vicente Deocleciano. *Escravidão em Feira de Santana*. **Sitientibus**, n. 08, Universidade Estadual de Feira de Santana, 1988.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **Da Sesmaria ao Minifúndio (um estudo de história regional e local)**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sucessão Dominial e Escravidão na Pecuária do Rio das Rãs*. **Sitientibus**. Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, v. 21, 1999.

A autora

Jucélia Bispo dos Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Recebido em 11/2024 • Aprovado em 02/2025 • Publicado em 03/2025